

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 28ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o militante José Carlos Novaes da Mata Machado em memória dos 50 anos do seu assassinato, ocorrido em virtude de sua luta pela democracia
- 1.2 – 29ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Indústria Cerâmica Andradense S.A. – Icasa – pelos 50 anos de sua fundação
- 1.3 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/10/2023

Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado – Palavras do Sr. Nilmário Miranda – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Cristiano Silveira.

Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 19h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o militante José Carlos Novaes da Mata Machado em memória dos 50 anos do seu assassinato, ocorrido em virtude de sua luta pela democracia.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Bernardo da Mata Machado, irmão de José Carlos Novaes da Mata Machado; deputado federal Patrus Ananias; Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; procurador de Justiça Jacson Rafael Campomizzi, presidente do Grupo Coordenador do Fundo Especial do Ministério Público do Estado, representando o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; e Reinaldo Felício Lima, delegado-geral, representando a chefe de Polícia Civil de Minas Gerais, Leticia Baptista Gamboge Reis.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Dorival Soares da Mata Machado e Eduardo Soares Neves Silva, filhos do homenageado; das Exmas. Sras. Maria Madalena Prata Soares, viúva de José Carlos, e Edite Novaes da Mata Machado, irmã de José Carlos; do Exmo Sr. José Francisco Soares, cunhado do homenageado; das Exmas. Sras. Maria do Carmo Mata Machado Ferreira Pinto e Marília Novaes da Mata Machado, ambas irmãs de José Carlos; e dos Exmos. Srs. Carlos Calazans, superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, e vereador Pedro Patrus. Agradecemos a presença de todos. Gostaríamos de agradecer também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo do artista plástico George Helt sobre a rua que leva o nome do homenageado desta noite e um trecho do trailer do filme Zé, de Rafael Conde, que conta a história de José Carlos Novaes da Mata Machado.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Cristiano Silveira, representando a deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Muito boa noite a todas e a todos. Sr. Bernardo da Mata Machado, irmão de José Carlos Novaes da Mata Machado; Exmo. Sr. Deputado Federal, amigo e companheiro Patrus Ananias; Exmo. Sr. Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, amigo e companheiro; Exmo. Sr. Jacson Rafael Campomizzi, procurador de Justiça, representando o Dr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça; Exmo. Sr. Delegado-Geral Reinaldo Felício Lima, representando a Sra. Leticia Baptista Gamboge Reis, chefe de Polícia Civil de Minas Gerais; senhoras e senhores, novamente, os meus cumprimentos e boa noite.

Quero aqui, inicialmente, fazer a leitura de correspondência da deputada Leninha, nossa 1ª-vice-presidente da Casa. A deputada traz a seguinte mensagem: “A pedido do nosso amigo Nilmário Miranda, apresentamos requerimento ao Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o apoio de outras e outros 26 deputados estaduais, para homenagear o seu irmão José Carlos Novaes da Mata Machado, assassinado pela ditadura empresarial-militar no dia 28/10/1973. Hoje, 25/10/2023, estou num

encontro com mais de 500 lideranças quilombolas de Januária e região. Infelizmente, não poderei presidir esta importante atividade da Assembleia, mas o deputado estadual Cristiano Silveira, meu companheiro e presidente do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, o fará. É fundamental fazermos a memória dos nossos lutadores por um Brasil melhor para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Receba o nosso carinho e compromisso de continuarmos lutando em defesa da democracia do nosso país. Um abraço fraterno a você e a todos os familiares e amigos do Zé. Atenciosamente, deputada Leninha, 1ª-vice-presidente da Assembleia de Minas Gerais”.

Quero dizer que um acontecimento fortuito da deputada Leninha se tornou a minha honra neste momento. O deputado Nilmário Miranda, o deputado Patrus e os demais amigos sabem o quanto o debate, a pauta e a luta em defesa dos direitos humanos é fundamental na minha trajetória e que poder presidir esta sessão tão importante em homenagem, se, assim, o Sr. Bernardo me permite chamar, a um companheiro que foi importante na luta em defesa da democracia é uma grande honra. Então me sinto muito honrado de poder participar deste momento e de compartilhar esta homenagem junto com todas e todos vocês.

Prezados senhores e prezadas senhoras, José Carlos Novaes da Mata Machado era filho de Yedda Novaes da Mata Machado e de Edgard de Godoi da Mata Machado, ex-deputado estadual pela Assembleia, deputado federal, senador, que foi uma grande liderança do movimento estudantil em Belo Horizonte, sendo presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes – a UNE. Foi um dos mais ilustres mestres da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Várias gerações de advogados e de juristas foram seus alunos ou leram os seus livros. Assim como seu pai, José Carlos Novaes da Mata era militante da esquerda católica, tendo-se engajado na Ação Popular e, depois, na Ação Popular Marxista-Leninista. Foi preso no 30º Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, em 1968, quando passou oito meses detido no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Casou-se com Maria Madalena Prata Soares, companheira da APMML, com quem teve um filho, em 19/2/1972, chamado Dorival. Morou por mais de um ano em uma favela em Fortaleza onde trabalhava como comerciário. José Carlos Novaes da Mata Machado foi assassinado por agentes do DOI-Codi de Pernambuco, em 28/10/1973, após bárbaras torturas.

Em virtude do engajamento de sua família na apuração do crime, a sua morte teve repercussão internacional, veiculada nos jornais The New York Times, Le Monde, Avvenire D'all Itália e Dal Mondo. Ele foi assassinado junto com o Gildo Macedo Lacerda, companheiro de militância da APMML. Os dois tinham sido presos em dias e locais distintos – Mata Machado, no dia 19 de outubro, em São Paulo; e Gildo, no dia 22/10/1973, em Salvador – e transferidos para Recife, onde foram mortos sob tortura.

O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelas mortes e pelos desaparecimentos. Lembrar José Carlos Novaes da Mata Machado nos 50 anos do seu martírio pelo Legislativo, que alcançou os seus 200 anos recentemente, é prestar homenagem à democracia, à memória e à verdade. Que ninguém mais passe pelo que passaram Edgar e D. Yedda e a ilustre família de José Carlos Novaes da Mata Machado. Para que não se esqueçam, para que nunca mais aconteça: José Carlos Novaes da Mata Machado, presente, presente, presente!

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Cristiano Silveira, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite, e também a deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Bernardo da Mata Machado. A placa contém os seguintes dizeres: “A democracia é o grande pilar sustentador das liberdades. Por ela, José Carlos Novaes da Mata Machado, um dos mais ilustres acadêmicos da faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, dedicou sua vida. Filho de Yedda Novaes da Mata Machado e Edgar de Godoi da Mata Machado foi ainda um destacado líder do movimento estudantil, em Belo Horizonte. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia José Carlos Novaes da Mata Machado em memória dos 50 anos de seu falecimento, ocorrido em virtude de sua luta pela liberdade e pelo Estado Democrático de Direito”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Bernardo da Mata Machado

Boa noite a todos; boa noite a todas. Eu fui advertido pelo cerimonial de que ao homenageado ou ao seu representante cabe principalmente agradecer; e é o que eu farei, mas não sem antes saudar todos os membros da Mesa. Após os agradecimentos – eu já aviso que serão muitos –, eu vou proferir breves palavras sobre o significado deste evento. Ao final, eu, que hoje faço aqui o papel de homenageado, vou homenagear outra pessoa, uma pessoa muito especial, que representou papel decisivo na história do Zé Carlos.

Saúdo o deputado Cristiano Silveira, que preside esta sessão; o deputado e amigo Patrus Ananias; o Nilmário Miranda, assessor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o procurador de justiça Jacson Rafael Campomizzi; e o delegado-geral Reinaldo Felício Lima. Muito obrigado.

Farei os longos agradecimentos. Agradeço, primeiramente, à deputada Leninha, autora do requerimento que solicitou esta sessão especial; aos deputados e às deputadas que o apoiaram; e ao presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite, que acatou o requerimento e o submeteu à aprovação do Plenário. Agradeço aos meus primos Cristiano e Pablo da Mata Machado, que chamaram a atenção para a proximidade dos 50 anos do assassinato do Zé e, dessa forma, insuflaram ânimo ao meu espírito para assumir a coordenação desta semana de eventos, a Semana Zé, tarefa dolorosa pelas tristes lembranças que evocam do passado, mas também gloriosa pela justa expectativa que traz de que a vida, a luta e o martírio de José Carlos dificilmente serão esquecidas.

Agradeço ao amigo, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Nilmário Miranda, ao qual apelei, em primeira mão, para que me ajudasse a organizar as homenagens ao Zé, sendo prontamente atendido. Foi Nilmário quem propôs buscar esta Assembleia Legislativa de Minas Gerais para a realização desta sessão.

Agradeço aos membros da Comissão Semana Zé, que se formou para organizar os diversos eventos. Além de Cristiano, Pablo e Nilmário, participaram Cláudia Houara, Marcelo Cattoni, as primas Isabel Mata Machado Campolina, Ana Maria Mata Machado e o cineasta Rafael Conde. Isabel foi a responsável pela criação das peças de divulgação, os *cards*, como se diz hoje. Marcelo Cattoni organizou o Seminário Justiça de Transição e Estado Democrático de Direito, que será realizado amanhã na Faculdade de Direito, a partir das 8h30min. Cláudia Houara quebrou vários galhos de produção, e continua quebrando, não é, Cláudia? Ana Maria viabilizou uma série de contatos. E eu destaco a visita que fizemos à Rua José Carlos Mata Machado, no Bairro das Indústrias, onde fomos recebidos pelo jornalista e historiador Chico Nascimento, autor de uma história daquele bairro, a quem também agradeço. Rafael Conde coordenou as ações necessárias à exibição do seu filme, Zé, que será apresentado no próximo sábado, às 10h30min. Na oportunidade, registro o meu agradecimento à secretária municipal de Cultura, Eliane Parreiras, pela cessão graciosa do Cine Santa Teresa, sala que exibirá o filme. Agradeço ao artista George Helt pela cessão do audiovisual Rua da Ironia, exibido aqui, e ao fotógrafo Bernardo Magalhães, que me lembrou da existência dessa obra de arte. Agradeço ao Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, na pessoa da presidente Lina Rocha, que cedeu a Casa do Jornalista para a realização do bate-papo com a velha guarda da resistência, realizado ontem com muito sucesso. Agradeço à jornalista Renata Mata Machado, outra prima que esteve diuturnamente chamando a atenção da imprensa para a importância da Semana Zé. Em nome de mais uma prima, Verônica Mata Machado, agradeço a participação do coletivo suprapartidário de esquerda Linhas do Horizonte, que se expressa através do bordado e hoje ilustra esta tribuna com essa belíssima e sugestiva peça.

Agradeço à maestrina Beatriz Myrrha e a todos os componentes do Coral dos Desafinados, que com certeza não são tão desafinados assim e que se apresentarão logo mais, no encerramento desta sessão; às minhas irmãs Maria do Carmo, Marília, Mônica e, principalmente, Edite, que me apoiaram na realização da semana; aos filhos do Zé Carlos, Dorival Mata Machado e Eduardo Neves da Silva, que se entusiasmarão com a realização desta semana e fizeram o possível para o sucesso do evento.

Agradeço também as presenças de Madalena Prata Soares, viúva de Zé Carlos; de Maria do Socorro, a Grauninha, companheira do casal naqueles dias difíceis, quando a repressão aumentava o cerco aos militantes de ação popular; do casal Samarone Lima e Áurea, ele autor do livro Zé – José Carlos Novaes da Mata Machado, uma reportagem.

Nesta oportunidade, também agradeço à Maria Mazarello Rodrigues, proprietária da Mazza Edições, que disponibilizou os últimos exemplares do livro, hoje expostos na cafeteria e colocados à venda pelo livreiro Antônio Borges, da livraria Esquerda Literária. Ao final desta sessão, o Samarone estará à disposição para autografar o livro.

Agradeço ainda à minha esposa Maria Moura, aqui presente; à minha filha, presente também, Clarice Moura, e ao marido Fernando, que me trataram com muito carinho nesses dias intensos. Por fim, agradeço a todos e a todas que atenderam ao nosso chamado para estar aqui, hoje, nesta sessão especial.

Eu passo agora a falar, de forma breve, sobre o significado deste evento. Nos últimos anos, eu tenho, reiteradamente, ouvido a palavra “sonho”, assim, no singular, mas também no plural, “sonhos”. Ao escutá-las sempre reagi com ironia e, às vezes, com sarcasmo. Sonhos? Sonhos, eu os tenho dormindo; desperto, o que eu tenho são objetivos. No entanto, ao refletir sobre o que falaria nesta noite, concluí que a palavra “sonho” é cabível para se referir àqueles objetivos que são muito difíceis de alcançar. Assim, hoje, quero expressar alguns desses sonhos: sonho com a abertura de todos os arquivos, ainda secretos, sobre a repressão aos homens e às mulheres que militaram no combate à ditadura militar, a fim de dar às famílias e ao público em geral o conhecimento das circunstâncias da prisão, morte e destino dos corpos de muitos deles e delas; sonho que ciosos servidores públicos, os guardiões desses arquivos, não se furtarão às suas obrigações para com a memória e a história do Brasil; sonho, inspirado nos tratados, pactos, convenções, declarações e recomendações internacionais sobre direitos humanos, que o Supremo Tribunal Federal reveja a sua decisão sobre a constitucionalidade da Lei da Anistia e abra caminho para o julgamento e a punição daqueles que perpetraram crimes contra a humanidade, particularmente a tortura e o homicídio; sonho que as Forças Armadas do Brasil, inspiradas numa antiga tradição que entende serem os exércitos a expressão do povo em armas, abandonem a famigerada tese do inimigo interno e nunca mais voltem as suas armas para massacrar gente do seu próprio povo; sonho que essas mesmas Forças Armadas, imbuídas de respeito ao povo brasileiro, peçam desculpas a todo o País e, em particular, às famílias das vítimas pelos crimes que cometeram durante a chamada guerra suja.

Sonho, por fim, que aqueles que lutaram e morreram em razão desses crimes sejam reconhecidos pelo Congresso Nacional como heróis do povo brasileiro e que, em consequência, os seus nomes sejam escritos no Panteão da Pátria, ao lado de outros nomes, tais como: Anita Garibaldi, Chico Mendes, Clara Filipa Camarão, Frei Caneca, João Pedro Teixeira, Luís Gama, Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Zuzu Angel.

Passo agora à parte final do pronunciamento, fazendo outra homenagem. Refiro-me à Dra. Mércia Albuquerque Ferreira, advogada, que, no Recife, lutou bravamente até conseguir a exumação do corpo do Zé Carlos, para que fosse trazido para ser enterrado pela família, em Belo Horizonte, mesmo com a proibição de abrimos o caixão lacrado. A ação de Mércia evitou que o nome de José Carlos fosse inscrito na fatídica lista de mortos e desaparecidos em razão da ditadura. Além disso, pela observação e posterior descrição do corpo do Zé, Mércia desmentiu a falsa nota publicada pelo governo ditatorial, que alegava ter sido a morte do Zé provocada por tiros dados por companheiros seus num encontro nas ruas do Recife.

Recebi de presente, por intermédio de Nilmário, um livro organizado, recentemente, pelos valorosos amigos do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte, cujo título é o seguinte: Diários 1973-1974, escritos por Mércia Albuquerque Ferreira, maior advogada de presos políticos do Nordeste. Sem diminuir a importância de outros advogados de presos políticos no Brasil, inclusive os advogados Anatólio e Quincas, amigos do Zé Carlos, eu acho que, no título desse livro, mereceria ser colocado que Mércia foi a maior advogada de presos políticos do País.

A leitura do livro foi emocionante. Não se pode dizer que Mércia tenha sido uma mulher de esquerda. Ela foi, na verdade, uma advogada consciente das prerrogativas de sua profissão e uma pessoa que, além de admirar o idealismo dos jovens e das jovens revolucionárias, se condoía dos seus sofrimentos na prisão. Mércia recebia, em sua própria casa, os parentes dos presos, os consolava e dava-lhes esperança de que iriam rever com vida aqueles que amavam, chegou até mesmo a fazer doações em dinheiro às famílias mais pobres. Mércia visitava, constantemente, os presos políticos, levava-lhes comida, remédios e alento. Exigia ser atendida pelos homens da repressão e, nos tribunais, algumas vezes, obteve absolvição dos incriminados.

No dia 28/1/1974, ela anotou, em seu diário: “A audiência de Flávio Lima e Silva e dos Jatobá Agra, Dênis e Breno, terminou às 12h10min. Negaram os fatos da denúncia. Estou profundamente emocionada com o que eu ouvi desses meninos, revelações dignas de serem colocadas nos arquivos da Gestapo: fuzilamento simulado, pau de arara, telefone, queimaduras, sede, fome, suspensão pelos pulsos e cabelos, pontapés nos escrotos, unhas arrancadas. Tenho presenciado tantas violências que me pergunto se é válido pertencer aos da minha espécie e permanecer entre eles”. Apesar da terrível realidade que enfrentava, ela mesma chegou a ser presa 12 vezes, a própria advogada. Mércia preservava um leve senso de humor. Em visita à prisão de Itamaracá, ouviu do diretor do presídio a seguinte frase: “Mas me dói a morte de um cavalo do que a morte de um preso político.” Ao que Mércia reagiu: “Faz muito bem em defender a sua espécie. Eu defendo a minha, os humanos.”

Ao longo do diário, às vezes, ela escrevia poemas. Foram 15 entre 1973 e 1974, e ela numerava os poemas. A mim me parece que os escrevia com a intenção de buscar um pouco de alívio em meio aos seus tormentos, a tantos tormentos.

Vou poupá-los da descrição que a Dra. Mércia fez da situação do corpo do Zé, que se revelou durante a exumação em Recife. No entanto, vou ler, para terminar, a poesia nº 4, que ela escreveu em 25/12/1973, dia de Natal, rememorando a exumação.

“Mata Machado, vi, no silêncio da tarde,/ Quando o sol desfalecia, os restos dele surgirem./ Não se sabia o que houve/
Braços e pernas quebradas/ Todos os dentes partidos, escarpelado também/ Não havia sinal de balas/ Havia apenas uma verdade: que
morrera de pancadas/ Pau de arara, telefones, pontapés e cacetadas,/ num massacre odioso, sem defesa e sem culpa, subtraíram-lhe
dos vivos.”

É só. Obrigado.

O presidente – Eu gostaria, antes de trazer as palavras do presidente, quebrar o protocolo e conceder a palavra também ao Nilmário, porque acho que ele foi um grande idealizador deste evento e acho também que, para todos nós, seria importante ouvi-lo nesta noite de hoje. Com a palavra, Nilmário Miranda.

Palavras do Sr. Nilmário Miranda

Boa noite, pessoal. Vou falar daqui porque usei tantas vezes... Eu e o Raul Messias, que está ali, éramos deputados aqui quando houve a Constituinte Estadual. Usávamos a tribuna todos os dias, às vezes, várias vezes por dia. Portanto acho que tenho o direito e o prazer de falar daqui.

Olha, pessoal, em primeiro lugar, quero justificar a ausência do Sílvio Almeida. Ele gostaria de ter vindo, mas hoje foi um dia também do reconhecimento, pelo Brasil, da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso de Damião Ximenes, envolvendo a saúde mental, o que, para nós, é muito importante. Foi no Itamaraty, e não tinha como ele deixar de estar presente.

Também transmito a justificativa da ministra Cármen Lúcia. Ela tem uma admiração especial pela família Mata Machado, pelo Zé Carlos, pelo Dr. Edgar. Ela também teve sessão hoje e não pôde comparecer. Ela gostaria de ter estado aqui. Olha, fui, durante sete anos, representante da Câmara dos Deputados na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Então, pus no meu livro, Dos filhos deste solo, todo esse caso que envolveu o Zé Carlos. Na verdade, foi um processo perverso em que eles resolveram eliminar uma série de pessoas de um determinado grupo. E assim o fizeram. Cooptaram um parente, um amigo do Mata Machado, do

Zé Carlos, e, mediante algumas chantagens, o cooptaram para que ele entregasse, traísse o cunhado. E daí várias pessoas foram mortas. O primeiro foi Paulo Wright, que foi deputado estadual em Santa Catarina, cassado em 1964. Era militante da AP. Ele foi um dos primeiros desaparecidos dessa turma. Depois vieram vários outros. Não vou citá-los na ordem cronológica, mas temos Honestino Guimarães, que é hoje um ícone de Brasília, da universidade, foi presidente da UNE; Umberto Câmara Neto, que foi vice-presidente da UNE também, naquele período de rua. Era uma resistência ilegal. A UNE agia na ilegalidade para defender os estudantes brasileiros, o povo brasileiro. Cito também o Eduardo Collier, que era um jovem de Recife e que também foi assassinado nesse processo aí; o Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, cujo pai, Felipe Santa Cruz, foi presidente da OAB antes da atual presidência. Foi um dos... Todos foram virando desaparecidos políticos. Então, não foi uma coisa isolada assim. Eu me esqueci de um. Não, foram esses aí. Cito o Zé Carlos e o Gildo. O Zé Carlos era o líder desse grupo. Ele também poderia ter sido um desaparecido político com os outros cinco que ficaram. Os cinco que citei todos são desaparecidos. O que é um desaparecido? A ditadura não reconhece a prisão, não reconhece a morte e não entrega os restos mortais para a família enterrá-los. É como se a pessoa não tivesse passado pelas mãos desses canalhas.

O que aconteceu? Por que o Zé Carlos ficou como desaparecido? Foi um erro de um carcereiro. Ele era carcereiro do DOI-Codi de Recife. Ele pegava um preso político, havia muitos lá, para distribuir o café da manhã, por exemplo. Esse carcereiro, por erro dele, abriu a cela onde estavam duas pessoas. Não era para abrir. Era para entregar o café só para outras pessoas. Ele se deparou com uma pessoa estirada no chão, que era o Gildo Macedo Lacerda, que já estava morto praticamente, e um moribundo que estava sentado no catre, e falou: “Olha, eu sou José Carlos Novais da Mata Machado, sou dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista. Se tiver uma chance, diga às pessoas que eu não entreguei ninguém”. Ele ficou muito chocado com aquilo. Quando chegou à cela dele, estava o Carlúcio Castanha, que viria a ser depois um grande dirigente da oposição sindical de São Paulo, um líder católico que estava preso com ele. Contou a história. Então, já havia duas testemunhas. Houve outras também. Havia uma moça chamada Melania. Está aqui o Samarane que pegou essa história toda. Havia, além da Melania, a Fernanda. A Ilha do Leite é uma coisa chique de Recife. Era um lugar de estudantes, repúblicas e bares. Ele duas vezes se hospedou na Ilha do Leite. Essa Melania, passando por uma cela, disse: “Eu acho que vi o Zé ali”. Era mais uma testemunha. Então, para virar um desaparecido político, com os outros cinco, teriam de matar todos. Aí, resolveram não matá-los, porque era quase impossível fazer isso. Aí inventaram uma coisa bizarra.

Disseram que o Zé Carlos e o Gildo haviam ido à esquina da Rua Caxangá com Rua General Polidoro, lá do Recife, que eu até conheço, para entregar um companheiro chamado Antônio, e esse companheiro Antônio havia falado “traidores” e matado os dois. Foi bizarro, totalmente inverossímil.

E a Mércia, essa advogada notável, fez o quê? Dois dias depois, quando soube da notícia, que saiu no Jornal Nacional e em todos os jornais, foi ao local, foi lá na Caxangá, na Polidoro, rodou ali tudo, passou em todos os lugares onde havia gente e perguntou: “Houve alguma coisa aqui em tal hora do dia 28?”. Falaram: “Não, nada”. Havia um posto de gasolina praticamente na esquina, e as pessoas falaram: “Não, não houve nada aqui, não aconteceu nada”. Ela viu que era uma mentira grosseira que haviam inventado, foi até o comandante da Região Militar do Nordeste, um general chamado Cúrcio Neto, de uma linha duríssima e a favor da tortura, do extermínio de opositores, da lei de segurança, e falou: “Olha, general, o que vocês falaram não tem o menor cabimento. Eu andei tudo lá, e várias pessoas que conheceram Edgar da Mata Machado como deputado federal, que foi cassado em 1968, depois do AI5, aliás, em 1969, pediram que viesse aqui conversar com o senhor para devolver o corpo do Zé Carlos para ser enterrado em Belo Horizonte, onde ele morava com a família”. Essa história já foi contada pela própria Mércia, e o Bernardo leu aqui um trecho dela. Aí ele topou devolver o corpo no estado em que estava, proibindo deslacrar o caixão para ninguém ver o corpo. Foi essa circunstância que se deu.

Naquela época, naqueles dias, eu estava cumprindo o meu segundo ano de cárcere político no Carandiru. Foram lá me buscar, me colocaram um capuz, como sempre faziam, me lavaram para o DOI-Codi, na Rua Tutoia, onde era o domínio do Carlos Alberto Brillante Ustra, um dos maiores torturadores da história da ditadura. E lá estava a Madalena. Ela não sabia, ainda não havia

acontecido a morte. Acho que foi no dia 23 ou 24, não tenho a lembrança exata. Estava também um que se tornou um grande amigo meu, chamado Hamilton Pereira, que adotou o nome de Pedro Tierra e virou um poeta famoso naquela época da resistência. Eu fui lá para ser acareado com os meus advogados. É gozado isso, porque o seu advogado está preso e você vai ser acareado... Está aqui o Joaquim Martins, que foi um dos últimos a encontrar o Zé Carlos com vida. Zé Carlos foi ao escritório dele, onde estava com Anatólio Aranha, e de lá saiu para se encontrar com a Madalena, porque, pela primeira vez, havia decidido sair do País. Ele não admitia isso, mas passou a admitir, pois sentiu que o cerco estava absoluto. Mas a pessoa que o traiu estava lá e avisou à repressão: “Olha, ele está saindo daqui agora e está indo para Minas pegar a Madalena para sair do País”. Aí o prenderam na fronteira de Santa Rita do Passa Quatro, e veio o que o Bernardo chamou de todo o martírio que ele viveu.

Voltei para o Carandiru, e chegou lá a minha mãe. Falei: “Mãe, o que você está fazendo aqui?”. Naquela época, a gente estava preso, não havia celular, não havia comunicação rápida, não havia internet. “Pediram que eu viesse aqui porque você foi levado ao DOI-Codi, então vim depressa, com medo, para tentar protegê-lo”. Mãe não tem medo, não é isso? Ela falou: “Pois é, o seu irmão Sérgio foi preso no Rio. O seu irmão Oldack, que dava apoio ao José Carlos e ao Gildo, pois era amigo deles, foi colega deles, também ficou 40 dias sumido. Eles o pegaram, e ninguém sabia onde e como estava. Ele trabalhava com Mariluce Moura, no Jornal da Bahia.

O meu irmão era jornalista, Mariluce estava grávida de um mês, era mulher do Gildo Macedo Lacerda, que também foi levado para prisões, torturas etc. Aliás, no sábado, haverá... A menina que nasceu em 1974 da gravidez da Mariluce com o Gildo, que não usava o seu próprio nome, vivia na clandestinidade e usava o nome de Cássio qualquer coisa, foi registrada como Tessa, mas não tinha o nome Lacerda, que era o nome do pai. Tinha um nome que estava na certidão falsa do Gildo. No sábado, lá no Memorial da Resistência, no ex-Dops... Um lugar de tortura, de morte, agora é um dos lugares mais sensacionais deste país. Chama-se Memorial da Resistência, que mostra o futuro. Oitenta e cinco mil pessoas por ano visitam o Dops, que era um lugar de morte, de tortura e de assassinato de pessoas. São 200 pessoas por dia, a maioria jovens, que ali aprendem que só há o caminho da democracia para este país, para que isso nunca mais aconteça, para que não se repita esse tipo de situação.

Há poucos dias, fui a Santiago do Chile. Era 11 de setembro, quando houve a morte do Allende. Abriu-se um processo perverso em relação a centenas, milhares de pessoas que foram assassinadas. O Estádio Nacional... O próprio Allende estava no Palácio de La Moneda, que foi bombardeado, e não quis abandoná-lo. Na noite do dia 10 para o dia 11, vi uma cena que nunca mais vi na minha vida. Havia milhares de pessoas de preto, mulheres, praticamente só mulheres, cada uma com uma coisinha de fogo, uma espécie de facho de fogo rodando o palácio, cinco mil mulheres, Luiz Bernardes, cinco mil falando assim: “Nunca más! Nunca más! Nunca más!”. E o significado é isso aqui hoje.

Acho boa a presença do nosso delegado, porque, naquela época, a Polícia Civil servia à repressão. Fleury era policial civil, um dos maiores assassinos da história da ditadura, e vários outros foram. É importante saber que agora existe Polícia Civil que cumpre a lei, age segundo a lei, pois é o papel das polícias. Dr. Jacson, do Ministério Público, naquela época, também havia o Ministério Público Militar, que ajudava a criar as mentiras para condenar as pessoas por lei de segurança. Então é importante vocês estarem aqui, porque o significado é este: nunca mais! Nós temos que fazer um compromisso definitivo com a democracia para que uma pessoa como o Zé Carlos, uma pessoa brilhante, um dos mais brilhantes de sua geração, não sofra o que ele sofreu. Não deixaram, sobretudo, que ele existisse, lutasse e vencesse a sua luta justa.

Então eu queria parabenizar a família, que é um exemplo de resistência para todos nós – viu, Bernardo? –, todos que você citou aqui, a Madalena, os filhos, os dois jovens que eram crianças à época; quero parabenizar a Assembleia Legislativa por acolher um evento dessa natureza. Isso é importantíssimo para a luta pela democracia. E quero dizer: viva o Brasil, viva a democracia e que isso nunca mais aconteça!

O locutor – Com a palavra, o deputado Cristiano Silveira, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite.

Palavras do Presidente

Passo agora ao pronunciamento do deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nesta reunião especial para homenagear o militante José Carlos Novaes da Mata Machado em memória dos 50 anos de seu assassinato, ocorrido em virtude de sua luta pela democracia e pelo Estado Democrático de Direito, nesta data de 26/10/2023.

(– Lê:) “É com aguda consciência histórica que, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, prestamos esta homenagem à memória de José Carlos da Mata Machado. Neste 28 de outubro, completam-se 50 anos de seu assassinato, após abomináveis torturas por agentes do DOI-Codi, na cidade de Recife.

Relembrar os crimes bárbaros cometidos contra pessoas que estavam sob a tutela do Estado brasileiro durante a ditadura que assolou o País de 1964 a 1985, por mais doloroso que seja, ainda se faz necessário para que as presentes e futuras gerações reconheçam como são vitais a defesa dos direitos fundamentais e a afirmação dos valores democráticos. Ao mesmo tempo, é nosso dever e também nosso desejo manter viva a memória daqueles que tombaram no enfrentamento à tirania. Não se trata de entronizá-los como figuras míticas e distantes, mas de reconhecer que cada um deles foi uma pessoa como nós, com seus afetos, seus projetos de vida e seus ideais de um mundo melhor.

José Carlos é pai do economista Dorival Soares da Mata Machado e avô da estudante Eduarda da Mata Machado. É filho de D. Yedda Novaes da Mata Machado, mãe e avó dedicada, e do Prof. Edgar de Godoi da Mata Machado, eminente jurista, professor da Faculdade de Direito da UFMG, senador, deputado federal e deputado estadual nesta Casa. Seguindo os passos de seu pai, José Carlos ingressou na Faculdade de Direito da UFMG, onde se destacou como líder estudantil, tendo sido presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. Tendo devotado sua vida à defesa dos mais pobres, o seu exemplo de afirmação dos valores humanistas, de busca por justiça social e de oposição ao arbítrio continua presente para nós e é motivo de orgulho e inspiração para todos os que lutamos em defesa da democracia, dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

É com muito sentimento, portanto, que, em nome da Assembleia de Minas, honramos, nesta ocasião solene, a memória de José Carlos da Mata Machado e saudamos calorosamente os seus familiares e amigos, as autoridades presentes e todo o público aqui reunido. Reiterando a nossa certeza de que o legado de José Carlos continua a iluminar nossos caminhos, evocamos os versos que encerram a canção Sentinela, de Milton Nascimento e Fernando Brant: 'Revejo nessa hora tudo que aprendi/Memória não morrerá/Longe, longe, ouço essa voz/Que o tempo não levará'. Muito obrigado.”

O locutor – Após o encerramento regimental, ouviremos o Coral dos Desafinados, sob a regência da maestrina Maria Beatriz Myrrha, que apresentará as seguintes músicas: *Coração Civil*, de Milton Nascimento e Fernando Brant; e *Pesadelo*, de Paulo César Pinheiro e Maurício Gomes.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 27, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/10/2023**Presidência da Deputada Maria Clara Marra**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Rodrigo Lopes – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Kátia Maria Teixeira – Palavras da Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e o deputado:

Maria Clara Marra – Rodrigo Lopes.

Abertura

A presidente (deputada Maria Clara Marra) – Às 10h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Indústria Cerâmica Andradense S.A. – Icasa – pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Kátia Maria Teixeira, diretora-presidente da Icasa; e os Exmos. Srs. João Luiz Magalhães Teixeira, vice-prefeito municipal de Andradas; Paulo Moreira, presidente da Câmara Municipal de Andradas; Dalmo Ribeiro, secretário-executivo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, representando o diretor-presidente, Gabriel Viegas Neto; Bilac Pinto, ex-deputado federal; e deputado Rodrigo Lopes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença dos senhores vereadores de Andradas Antônio Carlos de Lima e Luiz Benedito Raimundo, do Sr. Vicente Machado Dias e do Sr. Carlos Heitor Pioli Filho. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Indústria Cerâmica Andradense S.A. – Icasa.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Rodrigo Lopes

Deixo o meu bom-dia aqui à deputada Maria Clara Marra, representando, neste ato, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Martins Leite. Cumprimento, com muito carinho, a nossa diretora-presidente da Icasa, Kátia Maria Teixeira, representando aqui todo o quadro de acionistas e diretores da Icasa. Cumprimento também João Luiz Magalhães, nosso vice-prefeito do Município de Andradas; o nosso presidente da Câmara de Andradas, vereador Paulo César Moreira; o nosso amigo, ex-deputado desta Casa, hoje secretário executivo do BDMG, deputado Dalmo Ribeiro, aqui representando o presidente do BDMG; e o meu grande amigo, também deputado por esta Casa e deputado federal, totalizando sete mandatos no Parlamento mineiro e na Câmara dos Deputados, deputado Bilac Pinto.

É uma alegria poder contar com a presença de todas e de todos aqui nesta data especial de homenagem à Icasa. A Icasa é um grande orgulho para Andradas. A Icasa é um grande orgulho para Minas Gerais. E eu falo aos que estão presentes e também a todos aqueles que estão conectados, acompanhando esta solenidade; uma grande parcela da população andradense, hoje, está parada, assistindo pelo YouTube a este momento de homenagem.

Nós temos que dizer que a Icasa traz, com a sua instalação e com a sua permanência por esses 50 anos no Município de Andradas, um marco temporal da história de Andradas, um município com a vocação totalmente agrícola, um município que tinha uma concentração urbana muito pequena. Diante das dificuldades do setor agrícola, embora tivéssemos e tenhamos ainda a tradição do vinho, a tradição do café de boa qualidade, os nossos jovens começaram a se ver sem perspectiva de permanecer no Município de Andradas. Os nossos jovens começaram a buscar outros caminhos, outros municípios, outros estados, outras regiões. Um fato que seria inevitável seria a diminuição da população, que, já na década de 1920, constava de 20 mil habitantes, estando 80% dela concentrada na área rural.

Existe uma Andradas antes da Icasa, Kátia, e existe uma Andradas depois da Icasa. E nós temos que destacar algumas pessoas que fizeram parte dessa história, por mais que possamos cometer a injustiça de não citar todas, mas temos que falar delas. Nós temos que falar do Amadeu Tonon, que foi presidente, o presidente que a antecedeu, uma pessoa visionária, que esteve na presidência da empresa até mais de 80 anos, conduzindo-a com muito carinho, com muito respeito, com o princípio fundamental. Nós temos que falar do Sr. Benedito de Sousa Franco, aqui representado pelo filho Paulinho, que está com a gente neste momento. A família Franco também teve esse papel fundamental, visionário, porque já conhecia a indústria de cerâmica do interior de São Paulo e teve a perspicácia de ver que seria um caminho para a industrialização do Município de Andradas. Cito ainda Garibaldi Monteiro, o querido Badinho; Geraldo Fontaniello; José Junqueira Náder; José de Sousa Franco, mais um irmão da família Franco; José Beretens Ventura, nosso querido Zé Espanhol; João Marcom, o Zinho Marcom; Valter de Sousa Franco, que, por coincidência do destino, nos deixou neste mês, exatamente após a indústria completar os seus 50 de fundação. Ele era o último fundador vivo e, coincidentemente, nos deixou logo após a data de 3 de outubro. Cito o nosso querido Waldemar de Souza Franco, que, além de um grande mobilizador, foi prefeito da cidade por três mandatos e é uma grande referência política. Deixei por último, justamente pelo destaque, o nosso querido Ricardo Teixeira, pai da nossa presidente e pai das irmãs aqui presentes, Edilza, Regina, Aninha e Dedeca, e também da Cleusa, que não pôde estar aqui conosco, a família Teixeira.

Nós olhamos para esse panorama a partir de uma pessoa de origem humilde. Lá, no meu campestre, Bilac, o Ricardo Teixeira ia, a cavalo, comprar batata dos produtores. Ele tinha essa relação com a população da zona rural. E nós não podemos deixar de registrar a D. Mariinha, sua esposa, de 89 anos, que – eu tenho certeza de que está nos acompanhando – teve a missão de dar continuidade a esse projeto familiar, logo após a partida e que relata uma vida de origem humilde que trouxe tudo isso. Eu acredito que o Ricardo Teixeira estaria muito orgulhoso e, de onde ele estiver, está vendo este momento tão importante. Foi o primeiro presidente, fundador, que acreditou nesse projeto, que acreditou nessa história. Não podemos deixar de destacar também o Bebeto, que não está com a gente, irmão que também nos acompanha.

E precisamos dizer isto: o Sr. Ricardo, além de empresário, além de uma pessoa que veio de uma circunstância humilde, também esteve ativamente dentro da política do Município de Andradas, por duas vezes, sendo vice-prefeito do nosso município, dando sua contribuição, sua participação. Eu digo isso muito porque, dentro desta Casa e até nas ruas, há o discurso muitas vezes da incompatibilidade da política com o empreendedorismo, da política com o desenvolvimento. E parece que acreditamos que quem está aqui, neste Parlamento, não tem relação com o desenvolvimento do Estado. Este Parlamento nada mais é do que a síntese da representatividade do Estado de Minas Gerais, das suas regiões e dos seus segmentos. Então, pode-se dizer que a Icasa esteve intimamente relacionada, nesses 50 anos, com a política do Município de Andradas, com a política do Estado de Minas Gerais; esteve dando a sua contribuição, e, em alguns momentos, pagou um alto preço, um alto preço, acusada de não deixar vir outras indústrias, um grande mito.

Eu, tendo passado pela prefeitura por oito anos, vi que a Icasa nunca pediu uma folha de papel para a prefeitura, muito pelo contrário, a prefeitura é que pedia caminhão-pipa, é que pedia patrocínio, é que pedia apoio. No decorrer de 50 anos, muitas vezes, a prefeitura pediu e encontrou as portas da empresa abertas; essa empresa que não se limitou à questão empresarial e que tem o seu compromisso social com a Santa Casa, com a Casa Arco-Íris, com o Lar da Criança, com a Apae, com o Caca, com as entidades do município e até da região; a empresa que nos proporcionou ver o Rio Branco jogar muitas vezes com o seu patrocínio, o Rio Branco sempre liderado pelo presidente Cláudio Turatti. Não faltou da Icasa sempre o aporte financeiro e o apoio às outras modalidades esportivas, às leis de incentivo, à questão cultural; uma empresa que emprega quase mil pessoas diretamente e tem influência direta na vida de quatro mil pessoas pelo menos da cidade.

É disto que estamos falando: desse desenvolvimento que nasceu do povo de Minas, do povo do meu Sul de Minas, do povo da minha Andradas; não é de gente que veio de outra região, mas que é muito bem-vinda, pois é muito bom todo o processo que temos de industrialização. Mas também temos que valorizar aquelas pessoas que, dentro de um conceito familiar e dentro de um conceito de empreendedorismo, não imaginaram chegar a essa condição e acreditaram. E aqui estamos nós com esse resultado.

Nós tivemos um papel fundamental da Icasa, no ano de 2006, ainda no primeiro mandato da prefeita Margot – está aqui o Carlos Heitor, seu filho, a representando –, quando havia a inviabilidade do gás natural para atender a nossa região. Andradas teria um ramal de um gasoduto, saindo de Lorena e indo até Poços de Caldas. E, numa atuação ímpar e com uma grande perspicácia, Amadeu Tonon chega diante do Estado de Minas Gerais e fala: “Ou coloquem o gás ou vamos embora para São Paulo”. Era um blefe, mas foi o que ocasionou, a partir daquele momento, que tivéssemos a princípio o gasoduto virtual, já no ano de 2006; em 2010, houve a efetivação do nosso gasoduto, e hoje aquela é uma região com mais esse atrativo para novas empresas, com mais esse atrativo para o desenvolvimento que atende a toda nossa região.

A Icasa emprega andradenses, emprega pessoas que escolheram Andradas para viver e emprega pessoas de cidades das imediações; ela entrega os seus produtos para o País inteiro. Em 2010, eu fui à Ilha de Marajó, cheguei ao porto de Carajás, fui ao banheiro e estava lá: Icasa. Lá na Ilha de Marajó. É uma empresa familiar, uma empresa solidária, uma empresa que acredita no ser humano.

Eu peço licença aqui à nossa presidente Kátia para cumprimentar todos os colaboradores, que são aqueles que estão nos acompanhando. Eu conheço a fábrica toda, passamos lá pelo menos três vezes para pedir votos. Isso nos foi oportunizado também por quem está lá no preparo da matéria-prima, na fundição, na esmaltação, no forno, na expedição e pelo pessoal da Transcasa, que cuida do transporte dos produtos que são levados no caminhão “Icasa, Andradas” para o Brasil inteiro.

Eu quero dizer a todos vocês que fica hoje registrada na história do Parlamento mineiro a importância da Icasa, a indústria e cerâmica que traz no seu nome “andradense”. Mas também nós podemos dizer que o “i” é de uma empresa inteligente, que valoriza seus colaboradores, que são o maior patrimônio que ela tem. E essa inteligência faz com que essa empresa seja integrada e que ela

tenha compromisso com o colaborador, com a família do colaborador. É uma empresa colaborativa, que se relaciona com as demais empresas da cidade, que tem um papel de protagonismo, que é hoje a maior geradora de ICMS do Município de Andradas.

O “c” também é de colaborativa. O “a” é de uma empresa atualizada, que foi se reinventando no decorrer de todos esses anos. O principal objetivo da Icasa não foi se mecanizar; ela nasceu com o objetivo de gerar empregos. Todas as vezes que a gente conversava com o seu Amadeu, com a D. Mariinha, com a Kátia: “Primeiro o ser humano; depois a máquina”. E o processo de robotização foi acontecendo na impossibilidade de se ter a mão de obra. Deputada Maria Clara, diferentemente de muitas outras regiões, Andradas tem mais empregos do que pessoas procurando emprego; isso, com certeza, é puxado pela Icasa.

O “s” é de uma empresa solidária, que estende as suas mãos para a comunidade, mas também de uma empresa sustentável, que preza pela sustentabilidade. E o “a”, com certeza, é de uma empresa amiga, que abraça a todos como uma grande família.

Eu quero deixar aqui hoje o meu reconhecimento, quero deixar aqui hoje a minha gratidão por o destino ter me proporcionado estar deputado estadual e poder homenagear a Icasa. Eu sou do mesmo Campestrinho aonde o Ricardo Teixeira ia a cavalo comprar batata. Eu ainda não tinha nascido quando a Icasa nasceu – ela nasceu 10 anos antes de mim – e eu acredito que 80% da população da minha cidade ainda não tinha nascido quando a Icasa nasceu. E ela está aí, uma semente boa que foi plantada, uma semente boa que foi regada, uma semente boa que produz seus frutos e que vai permanecer por muitos e muitos anos, com a graça de Deus, porque a Icasa é uma bênção para a nossa cidade. Eu falo isso em nome da minha família, com a presença da minha esposa aqui; eu falo isso em nome das autoridades, do vereador Luizinho, do vereador Antônio Carlos, do nosso presidente da câmara e do nosso vice-prefeito, e, tenho absoluta certeza, de que também em nome da nossa prefeita. Essa cidade deve muito à Icasa. Aqui há um defensor da empresa que mudou a vida de Andradas e que vai seguir transformando a vida de Minas Gerais. Muito obrigado a todos e bom dia.

Entrega de Placa

A locutora – A deputada Maria Clara Marra, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite, e o deputado Rodrigo Lopes farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Sra. Kátia Maria Teixeira, diretora-presidente da Icasa. A placa contém os seguintes dizeres: “Reconhecida pela excelência, a Indústria Cerâmica Andradense – Icasa – desfruta de sólida reputação em todo o País. Desde a sua fundação, em outubro de 1973, a empresa prima pela fabricação de produtos de alta qualidade e destaca-se por seu compromisso com o crescimento sustentável, o bem-estar dos colaboradores e o apoio à comunidade. Não bastasse isso, a Icasa teve papel decisivo no processo de industrialização de Minas, impulsionando o desenvolvimento econômico da região do Município de Andradas, onde se estabeleceu. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta merecida homenagem à Indústria Cerâmica Andradense pelos seus 50 anos de existência e ratifica a inestimável contribuição que vem oferecendo a nosso estado”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Kátia Maria Teixeira

Prezada presidente da Mesa, deputada Maria Clara Marra, prezados deputados, autoridades e amigos aqui presentes.

Primeiramente, bom dia a todos. Sou Kátia Maria Teixeira, diretora-presidente da Icasa e, inicialmente, gostaria de aproveitar esta honrosa oportunidade para dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, recebendo esta cordial homenagem, gentilmente requerida pelo nosso conterrâneo, deputado estadual Rodrigo Lopes, em razão da celebração dos 50 anos da nossa querida empresa, completados no último dia 3 de outubro.

Esta nobre ocasião também me dá a oportunidade para lhes contar um pouco da história da nossa empresa, que possui uma conexão muito forte com a cultura e com os valores tradicionalmente atribuídos ao povo mineiro. A Icasa nasceu em Andradas, no Sul de Minas Gerais, e sua origem está associada aos fortes laços de amizade de um grupo de empresários locais que tinham a pretensão

de investir em algum negócio que pudesse levar prosperidade para uma região afastada da capital e ainda muito dependente da atividade agrícola. Foi através da atividade de cerâmica que nossos saudosos sócios-fundadores encontraram a viabilidade para a realização do tão ambicioso e desafiante projeto e, com muito esforço e muito sacrifício, apostaram na criação de uma indústria de louças sanitárias aos pés da Serra da Mantiqueira, em meio aos sítios de café que predominavam àquela época e que ainda enriquecem a economia e a paisagem local nos dias atuais. A relação de amizade e de companheirismo, tão enraizada na cultura do povo mineiro, foi elemento fundamental para que os inúmeros obstáculos que se apresentaram logo no início dos trabalhos de fundação fossem não apenas superados mas também usados como fonte de motivação para que a união e o sonho daqueles destemidos empreendedores pudessem prosperar e minar a descrença que algumas pessoas viam naquele ousado projeto.

Assim, no dia 3/10/1973, nasceu a Indústria Cerâmica Andradense – a Icasa –, nome orgulhosamente escolhido em homenagem à querida cidade de Andradas, que tão bem acolheu um sonho que, neste ano de 2023, completa 50 anos de realidade. São cinco décadas repletas de histórias, com muitos bons momentos para serem lembrados e algumas ocasiões mais complicadas que exigiram resiliência e perseverança, mas que jamais abalaram o propósito inicial e principal, que era gerar emprego, desenvolvimento e renda para Andradas e região.

Muito trabalho e empenho depois nos permitem, hoje, compartilhar o orgulho de ser uma empresa de destaque nos mercados cerâmicos nacional e internacional, reconhecida por todos não apenas pela excelência na qualidade de seus produtos e processos mas também pela excelência no relacionamento humano com todos à sua volta, elogiada pela receptividade e pelo acolhimento que adota em todas as suas relações, elementos que, genuinamente, fazem parte da tradição mineira incorporada ao DNA da Icasa. Não é difícil constatar que a modernização da Icasa não se resume apenas aos equipamentos de alta tecnologia e à gestão minuciosa de seus processos de fabricação certificados pela ISO 9001. Os avanços da empresa também se notam e se destacam através de um sistema de gestão que integra questões ambientais, de segurança e saúde ocupacional e de responsabilidade social, além de incorporar trabalhos que buscam as boas práticas da governança corporativa e visam à criação de um planejamento estratégico estruturado, que há sete anos é elaborado através da parceria mineira com a renomada Fundação Dom Cabral. Como retribuição à cidade e ao povo de Andradas e região e em conformidade com a prosperidade desde sempre almejada pelos sócios-fundadores, as ações da Icasa sempre foram muito além da fabricação e venda de louças sanitárias, uma vez que a empresa sempre teve suas atenções também voltadas ao desenvolvimento e ao bem-estar de seus colaboradores e da sociedade local, incorporando projetos e ações de incentivo à cultura, aos esportes e às diversas causas sociais que apoia em várias entidades e projetos.

Por tudo isso, hoje, cinco décadas passadas, o sentimento é de imensa gratidão a todos que ajudaram no caminhar dessa longa jornada, marcada por muito trabalho e muita dificuldade, mas também por muitas conquistas e recompensas. Estamos aqui prontos para seguir adiante, encarando os desafios do futuro com o mesmo entusiasmo e a mesma coragem que nos ajudaram a chegar até aqui, confiantes num amanhã ainda mais brilhante e promissor para a Icasa e seus colaboradores e para Andradas, para Minas Gerais e para o Brasil.

Encerro aqui agradecendo a todos os deputados estaduais o espaço e a oportunidade de lhes apresentar um pouquinho do orgulhoso trabalho de 50 anos que se consolidou numa história de sucesso para a Icasa. Um agradecimento especial ao deputado estadual andradense, Rodrigo Lopes, pela iniciativa que exaltou nesta distinta homenagem. Muito obrigada a todos.

Palavras da Presidente

Bom dia a todos. Para nós, é motivo de muita alegria estar aqui, hoje, celebrando a Icasa. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o deputado e amigo Rodrigo Lopes e dizer da alegria de dividir o Parlamento com o senhor, que tem se mostrado um grande professor aqui, nesta Casa. Quero também cumprimentá-lo pela iniciativa da propositura do requerimento para homenagear a Icasa.

Gostaria de cumprimentar a Sra. diretora-presidente da Icasa, Kátia Maria Teixeira; o grande amigo, também professor, eterno deputado, hoje secretário-executivo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, ex-deputado Dalmo Ribeiro; o vice-prefeito de Andradas, João Luiz Magalhães Teixeira; o amigo da família, nosso querido ex-deputado federal Bilac Pinto. Por fim, gostaria de cumprimentar o nosso presidente da Câmara Municipal de Andradas, Sr. Paulo Moreira; cada um de vocês que nos acompanha aqui e pela TV Assembleia; e os nossos estudantes, alunos do 8º ano do Colégio Santa Maria, unidade Floresta. Sejam bem-vindos a esta Casa. Estou muito feliz em recebê-los aqui, para que vocês conheçam o Parlamento e conheçam mais do empreendedorismo do nosso estado.

Eu tenho uma responsabilidade um tanto quanto grande aqui, que é falar no lugar do nosso presidente, o querido deputado Tadeu Martins Leite, que preza pelo diálogo e pela harmonia nesta Casa. Mas eu vou pedir licença para contar um caso: eu sou de Patrocínio, da região do Alto Paranaíba. O meu irmão, Matheus Marra, é engenheiro civil, excelente profissional por sinal. A paixão dele está no serviço, está no trabalho. Ele tem uma casa de materiais de construção. No *showroom* que nós temos lá, estão majoritariamente expostos os artigos da Icasa. Então, quando Rodrigo Lopes fala do alcance desse empreendimento, a gente enche o coração de orgulho. Eu jamais imaginei que teria a oportunidade de conhecê-los. Muito me honra, enquanto parlamentar mulher, na política, ver que nós temos na diretoria uma mulher também muito competente. Tenho certeza de que você é um grande orgulho para Andradas.

Agora vou proceder às palavras do nosso presidente: “É com sincero reconhecimento e autêntica admiração que, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, prestamos esta homenagem à Indústria Cerâmica Andradense – Icasa – pelos 50 anos de sua fundação. Ao longo desse meio século de existência, a Icasa tem contribuído, significativamente, para o desenvolvimento econômico do nosso estado, com destaque para o Sul de Minas, onde se localizam, no Município de Andradas, as instalações da empresa. Além disso, tem sua alta reputação consolidada no mercado brasileiro graças a elevada qualidade, internacionalmente certificada, dos seus produtos, os quais são elaborados em estrita conformidade com as mais rigorosas e atuais normas técnicas aplicáveis ao setor.

Nesta data solene, que representa um marco histórico na vida da Icasa, desejamos que o pioneirismo e a capacidade de realização dos seus fundadores continuem a inspirar as novas gerações de dirigentes e colaboradores da empresa, de modo a assegurar o sucesso dos seus negócios e a satisfação dos seus clientes, ao longo das incontáveis décadas que virão.

Cumprimentamos, nesta ocasião, os diretores e os trabalhadores da empresa e as suas famílias, desejando a todos muita saúde, paz e prosperidade. E reiteramos a nossa admiração pela trajetória da Icasa, uma história exemplar de muito sucesso que é fruto da dedicação e do empenho de cada um de vocês”. Muito obrigada.

Encerramento

A presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 30, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/10/2023

Às 15h11min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota e Doutor Wilson Batista e Coronel Henrique (substituindo nas vagas do Bloco Minas em Frente), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão

e apreciar as ênfases para as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, do segundo semestre de 2023. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, enviados pelo *Fale Com as Comissões*, das Sras. Rafaella Nascimento de Souza, denunciando as condições precárias e a falta de ônibus no transporte público de Ribeirão das Neves, e Carolina Rossato, denunciando a ausência de sinalização na Rodovia Umberto de Almeida, no sentido Passos – São João Batista do Glória. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da MRS Logística S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.320/2023 (um ofício em 14/10/2023), e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 739/2023, da Comissão de Transporte (um ofício em 14/9/2023). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 138/2023, no 1º turno (deputado Celinho Sintrocel), Projetos de Lei nºs 462 e 931/2023, no 1º turno (deputado Charles Santos), Projeto de Lei nº 3.794/2022, no 1º turno (deputada Maria Clara Marra), e Projetos de Lei nºs 2.290/2015 e 821/2019, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.538/2021 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, aprovado pela comissão. Registra-se a presença da deputada Maria Clara Marra, membro da Comissão, e a retirada do deputado Coronel Henrique. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 929/2023 (relator: deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 335 e 812/2023, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Maria Clara Marra), e 1.321/2023 (deputado Charles Santos). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.028, 3.987, 4.091 a 4.099, 4.101, 4.102, 4.112, 4.117 e 4.152/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.239, 4.276, 4.293, 4.328, 4.339, 4.346, 4.379, 4.434, 4.486, 4.569, 4.571, 4.592, 4.603, 4.672, 4.686 e 4.733/2023. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.948/2023, da deputada Maria Clara Marra e dos deputados Thiago Cota e Doutor Wilson Batista, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias os seguintes temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º de junho a 31 de outubro de 2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Perspectivas para a criação da Agência Reguladora do Transporte do Estado de Minas Gerais” e “Situação da ampliação da malha ferroviária em Minas Gerais”, contemplando tanto a busca de recursos para o Estado advindos das renovações antecipadas das concessões ferroviárias que operam em Minas Gerais, incluindo rediscussões contratuais atualmente em curso, quanto as ações relativas à implementação do Plano Estratégico Ferroviário – PEF –, tendo em vista o excesso de veículos de carga que poderiam estar utilizando as linhas férreas e, assim, preservando as rodovias. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.908/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans – pedido de providências para que seja agilizada a renovação dos contratos dos permissionários autônomos do transporte suplementar de Belo Horizonte, tendo em vista o grande impacto da redução das viagens no atendimento à população; e sejam tomadas providências para a oferta de horários da linha suplementar 50, que faz o trajeto de Nova Vista à UFMG, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos da universidade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoça a reunião extraordinária agendada para amanhã, dia 25/10/2023, às 14h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Maria Clara Marra, presidenta – Luizinho – Rodrigo Lopes.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023

Às 9h36min, comparecem à reunião as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado João Magalhães (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Macaé Evaristo, declara aberta a reunião e, em seguida a suspende. Às 12h22min, são reabertos os trabalhos sob a presidência da deputada Beatriz Cerqueira. Estão presentes, também, as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar as ênfases para o debate das reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo do segundo semestre de 2023. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Educação, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/9/2023. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência, a requerimento da relatora, o Projeto de Lei nº 511/2023, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Educação, à Associação Mineira das Escolas Família Agrícola e à Rede Mineira de Educação do Campo. O parecer emitido em reunião anterior sobre o Projeto de Lei nº 875/2023, no 1º turno, é retirado pela relatora, que emite novo parecer que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Após discussão do parecer, a reunião é suspensa. Às 13h36min, a reunião é encerrada por decurso do prazo regimental destinado a sua realização.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023

Às 10h1min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Enes Cândido (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e apreciar as ênfases para as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo do segundo semestre de 2023. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Gustavo Bernardino Malacco da Silva, presidente da Associação Angá, convidando a comissão para participar da mesa de abertura do seminário “Oportunidades para a conservação de áreas úmidas estratégicas no Triângulo Mineiro visando à manutenção da biodiversidade e de seus serviços ecossistêmicos”, a ser realizado em Uberlândia, nos dias 14 e 15 de novembro; Antônio Pitanguí de Salvo, presidente do sistema Faemg, convidando para participar das audiências públicas de demarcação de áreas às margens de rios federais como terrenos da União que estão ocorrendo, nesse primeiro momento, no Norte de Minas, com cronograma de datas e horários; José Nilson Araújo Cota, presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Berilo, solicitando agendamento de audiência pública para debater as medidas de conservação e revitalização do Rio Araçuaí; do Instituto Estadual de Florestas, encaminhando respostas relativas ao Requerimento nº 10.776/2022. A presidência também comunica o recebimento do manifesto da Rede de Apoio à Estação Ecológica de Arêdes “Somos todos Arêdes”, expressando sua indignação quanto às graves consequências do Projeto de Lei nº 387/2023, que propõe alterar os limites da estação; de nota técnica contra o Projeto de Lei nº 387/2023, elencando as inconsistências presentes na proposta; e de relatório do Ministério Público de Minas Gerais, elaborado pelo Instituto Prístino, que analisa as propostas das legislações de criação, atualização e proposta de alteração dos limites da Estação Ecológica de Arêdes, conforme Projeto de Lei nº

387/2023. Registra-se a presença da deputada Bella Gonçalves. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Gustavo Santana, sobre o Projeto de Lei nº 387/2023, que conclui pela aprovação na forma apresentada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 776/2023 (relator: deputado Tito Torres), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 3.746/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.916/2023, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o posicionamento dessa secretaria em relação ao Projeto de Lei nº 387/2023, de autoria do deputado João Magalhães, que pretende alterar os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, impondo riscos aos patrimônios natural, hídrico, arqueológico, histórico e cultural do Município de Itabirito, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Estado como um todo;

nº 4.918/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o relatório técnico referente à análise das alterações propostas pelo Projeto de Lei nº 387/2023, incluindo o que diz respeito à proximidade dos vestígios arqueológicos existentes na unidade de conservação Estação Ecológica de Arêdes, elaborado pelo Instituto Prístino a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, recebido por esta deputada e por outros parlamentares estaduais em 31 de agosto de 2023, em correspondência remetida pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (Ofício nº 215/2023/CPCC); e seja o referido relatório apensado à documentação oficial do citado projeto de lei.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.900/2023, da deputada Bella Gonçalves, da deputada Beatriz Cerqueira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a implementação do Corredor Ecológico Moeda-Arêdes, ligando a Estação Ecológica Arêdes ao Monumento Natural Estadual Serra da Moeda, conforme estabelecido no acordo judicial firmado pela Gerdau com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – em 21/9/2009;

nº 4.901/2023, da deputada Bella Gonçalves, da deputada Beatriz Cerqueira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre a razão da não implementação do Corredor Ecológico Moeda-Arêdes, ligando a Estação Ecológica Arêdes ao Monumento Natural Estadual Serra da Moeda, conforme estabelecido no acordo judicial firmado pela Gerdau com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – em 21/9/2009;

nº 4.914/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja averiguada possível irregularidade na realização de pesquisa e exploração mineral por parte da empresa Minar Mineração Arêdes Ltda., em terrenos pertencentes ao Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec –, nas décadas de 1970 e 1980, em área que hoje conforma a Estação Ecológica de Arêdes, conforme denúncia publicada no jornal *A Gazeta*, sediado no Município de Itabirito, em setembro de 2023;

nº 4.915/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que seja dada celeridade à elaboração dos estudos sobre os corredores ecológicos previstos para conexão entre a Estação Ecológica de Arêdes e o Monumento Natural da Serra da Moeda, no Município de Itabirito, e seja encaminhado a esta Casa calendário com previsão da conclusão dos referidos estudos;

nº 4.917/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Instituto Estadual de Florestas e à Prefeitura Municipal de Itabirito o relatório técnico referente à análise das alterações propostas pelo Projeto de Lei nº 387/2023, incluindo o que diz respeito à proximidade dos vestígios arqueológicos existentes na unidade de conservação Estação Ecológica de Arêdes, elaborado pelo Instituto Prístino a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, recebido por esta deputada e por outros parlamentares estaduais em 31 de agosto de 2023, em correspondência remetida pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (Ofício nº 215/2023/CPPC);

nº 4.960/2023, do deputado Gil Pereira, em que requer seja informado à secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema definido pela Comissão de Minas e Energia para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: andamento da implementação do Vale do Lítio em sinergia com o desenvolvimento sustentável da região, apontando se está sendo realizada Avaliação Ambiental Estratégica – AAE – ou Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – da área geográfica afetada com dados, para subsidiar de forma eficaz e sustentável as decisões da iniciativa privada;

nº 4.961/2023, dos deputados Tito Torres e Gustavo Santana e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem sejam informados à secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os seguintes temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: 1) A situação atual dos empilhamentos de rejeito a seco, dos empreendimentos minerários do Estado, em especial com relação a fiscalização dessas estruturas para garantia de sua segurança; 2) Avaliação da segurança das barragens de deposição de rejeitos dos empreendimentos minerários do Estado, diante de possíveis ocorrências de eventos extremos, como chuvas intensas, no atual contexto de mudanças climáticas; e 3) Ações desenvolvidas pela secretaria, em termos de atualização e adequação das normas, a fim de garantir a segurança das barragens de deposição de rejeitos do Estado, no atual contexto de mudanças climáticas e de possíveis ocorrências de eventos extremos, como chuvas intensas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 17 horas, com a pauta já publicada, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Tito Torres, presidente – Enes Cândido – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023

Às 10h10min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância e Adriano Alvarenga, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar as ênfases para as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, do segundo semestre de 2023. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.120 e 4.179/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.963/2023, do deputado Gil Pereira, em que requer, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Desenvolvimento Econômico os seguintes temas deliberados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Etapas do plano de investimentos em infraestrutura elétrica

da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – que já foram concluídas, as entregas ainda previstas para 2023 e para o ano de 2024 e os dados detalhados por região do Estado”; “Inserção da Cemig-SIM nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado e o *status* da relação de concorrência entre ela e os integradores de geração distribuída – GD – independentes”; “Situação do cronograma e da implementação do programa Minas Trifásico, de 2023 a 2024, com detalhamento por regiões e cidades do Estado”. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023

Às 10h39min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, Professor Cleiton, Adriano Alvarenga (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMF) e Tito Torres (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar as ênfases para as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, do segundo semestre de 2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.965/2023, do deputado Zé Guilherme, em que requer, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais os seguintes temas enfatizados pela comissão a serem apresentados na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/23, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Implantação do credenciamento de empresas de vistoria veicular – EVCs –”; “Avanço na prestação de serviços digitais pelo Detran-MG” e “Mudança física do DER-MG para a Cidade Administrativa”;

nº 4.966/2023, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja informado ao secretário de Estado da Fazenda o tema enfatizado pela comissão a ser apresentado na reunião de prestação de contas da gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/23, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Situação fiscal do Estado com foco na arrecadação”

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2023.

Zé Guilherme, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023

Às 17h4min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Enes Cândido (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da

comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 387/2023 (relator: deputado Gustavo Santana), e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 96/2019 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Gustavo Santana). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.961 e 4.960/2023, com a Emenda nº 1, que passa a incorporar a seguinte redação:

nº 4.960/2023, do deputado Gil Pereira, que requer seja informado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema definido pela Comissão de Minas e Energia para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: andamento da implementação de empreendimento para exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha, em sinergia com o desenvolvimento sustentável da região, apontando, com dados, se está sendo realizada avaliação ambiental estratégica – AAE – ou zoneamento ecológico-econômico – ZEE – da área geográfica afetada, para subsidiar de forma eficaz e sustentável as decisões da iniciativa privada. (Emendado pela deputada Beatriz Cerqueira.)

É recebido pela presidência, submetido à votação e aprovado o seguinte requerimento:

nº 5.022/2023, dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja informado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento o tema deliberado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/6 a 31/10/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: panorama dos investimentos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – na matriz da agropecuária e perspectivas futuras desses investimentos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Tito Torres, presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/10/2023, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 496/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de solicitações de instalação de

água aguardando solução e sobre o tempo médio de espera no Município de Joáima. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 867/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as seguintes questões, relativas à Cemig: quantas multas foram aplicadas à companhia por falhas relacionadas com os serviços prestados aos consumidores do Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022; qual o valor total das multas aplicadas à companhia por falhas relacionadas com os serviços prestados aos consumidores do Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022; e qual a quantidade de reclamações de consumidores contra a companhia por falhas relacionadas com os serviços prestados no Município de Divinópolis nos anos de 2018 a 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.100/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os motivos para o aparecimento de coloração escura e peixes mortos no Rio das Velhas, no Município de Nova Lima, considerando-se a importância do rio para o abastecimento de água dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.173/2023, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao presidente da Comissão Intergestores Bipartite, em Belo Horizonte, e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas nas alterações normativas que constarão das pautas das reuniões dessa comissão, a serem prestadas antecipadamente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.518/2023, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o valor que o Estado repassa ao Hospital de Amor, que atende, por ano, mais de quatorze mil pacientes de Minas Gerais, e sobre a política do Estado para evitar que pacientes com câncer precisem viajar para outros estados da Federação para obter tratamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.829/2023, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a qualidade do recapeamento e da operação tapa-buracos que estão sendo feitos nas rodovias do Estado, notadamente na MG-217, no trecho compreendido entre os Municípios de Malacacheta e Água Boa, esclarecendo se as empresas responsáveis estão cumprindo as normas técnicas vigentes, e sobre o valor investido nas últimas ações de melhoria da infraestrutura das rodovias mineiras, em especial nas operações tapa-buracos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.116/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre a existência de parceria entre essa agência e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais visando à instauração de processos de regularização fundiária nos municípios de sua área de atuação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.541/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações referentes à orientação da Secretaria de Estado de Educação para a não abertura de turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA – do 1º e do 3º ano para o segundo semestre de 2023, especificando-se qual o plano de atendimento do Estado para essa modalidade; se foi realizado um estudo sobre a demanda de alunos para a modalidade; e se a secretaria tem promovido campanhas para aumentar o número de matrículas na EJA, considerando-se que mais da metade das

pessoas de 25 anos ou mais não concluíram a educação básica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.555/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas nos estudos técnicos que subsidiaram a implementação do policiamento unitário em cada uma das unidades da PMMG dos municípios citados na audiência pública da comissão, ocorrida em 16/6/2023 (pelotão, companhia, batalhão), considerando-se que a adoção da modalidade de policiamento unitário na PMMG deve ser precedida de análise criteriosa para implementação, visando, acima de tudo, à segurança da atuação do policial militar. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.683/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta dos medicamentos Lamotrigina de 100mg e Levetiracetam de 250mg na Farmácia de Minas, principalmente a partir do mês de fevereiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.778/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações, considerando-se que quatro dos oito itens do Requerimento 2.351/2023, no tópico específico denominado "Logística e infraestrutura", não foram apresentados no dia 10/7/2023, durante a 19ª Reunião Extraordinária da comissão, que realizou audiência pública que teve como finalidade receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais no período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023, consubstanciadas nos seguintes dados: número de unidades em sede própria, em sede alugada, cedida ou custeada por município, especificando-se as condições estruturais em que se encontram; número de convênios firmados entre municípios e a PMMG, especificando-se quantos e quais para custeio de despesas como aluguel, material de escritório, material de limpeza, combustível, entre outras; número de equipamentos de acesso à internet, especificando-se o número de computadores por unidade, as unidades que possuem e não possuem computadores, o modelo e o ano de fabricação; empenho de orçamento exclusivo do Estado de recursos de custeio e de investimento destinados à PMMG, excetuando-se os recursos de emendas parlamentares, convênios, recursos federais e provenientes do acordo da Vale S.A.; e o quantitativo de servidores de recrutamento amplo que integram a instituição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.855/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Casa Civil pedido de informações consubstanciadas no levantamento de imóveis ociosos do governo do Estado e de suas entidades vinculadas, especificando-se a localização, a área e o valor dos imóveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.955/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o montante investido no primeiro semestre de 2023 com vistas a melhorar a infraestrutura das unidades prisionais Ariosvaldo Campos Pires e José Edson Cavaliéri, localizadas em Juiz de Fora, bem como sobre as obras, explicitando-se o prazo de execução, as obras finalizadas, as obras em andamento e as previstas para serem executadas no segundo semestre, uma vez que ambas as unidades se encontram com superlotação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.106/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca da situação da praça de pesagem desativada na Rodovia MG-010, em Jaboticatubas, esclarecendo se o local está contemplado no plano de reativação das balanças executado pelo governo do Estado, se há previsão de execução de obras e um cronograma que culmine

com a retomada de atividades e qual a situação jurídica do imóvel onde está edificada a antiga praça, sua dominialidade e os instrumentos de direito real de uso vigentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.752/2023, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações realizadas por esses órgãos com o objetivo de promover e incentivar a prática esportiva nas escolas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.580/2022, do deputado Mauro Tramonte.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 883/2019, da deputada Ione Pinheiro; 3.041/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 239/2023, da deputada Maria Clara Marra.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 325/2019, do deputado Celinho Sintrocel; 840/2023, do deputado Professor Cleiton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.747 e 3.749/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; 3.762/2023, do deputado Raul Belém; 3.932/2023, do deputado Lucas Lasmar; 3.969/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

Apreciar o plano de trabalho do Tema em Foco, edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 31/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 49/2023, do deputado Charles Santos; e 884/2023, da deputada Lud Falcão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/10/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.044/2021, do deputado Braulio Braz, 3.340/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, 3.376/2021 e 3.864/2022, do deputado Roberto Andrade, e 3.948/2022, do deputado Duarte Bechir.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.224/2017, do deputado Nozinho, 5.501/2018, dos deputados Tiago Ulisses e Cassio Soares, 3.781/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.844/2022, dos deputados Bartô e Alencar da Silveira Jr., 9/2023, do deputado Grego da Fundação, 172/2023, da deputada Lud Falcão, 387/2023, do deputado João Magalhães, 416/2023, da deputada Alê Portela, 791/2023, do deputado Arnaldo Silva, e 929/2023, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.950/2023, da Comissão de Participação Popular, 3.975/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha, Lohanna e Macacé Evaristo e dos deputados Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Professor Cleiton e Ulysses Gomes, e 4.088/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 445/2023, do deputado Dr. Maurício.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 31/10/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2023, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2023, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 875/2023, do governador do Estado, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de aprovar as ênfases para as reuniões do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo do segundo semestre de 2023.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2023, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, ouvir o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, na condição de convocado, para que preste esclarecimentos sobre pedidos de informações que foram objeto dos Ofícios SGM nºs 1.778 e 1.779/2023, que permanecem sem resposta, os quais tratam dos seguintes pontos: o número de unidades que possuem bombas para abastecimento de viaturas policiais; o número de unidades que possuem autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – para funcionamento; o número de unidades que não possuem essa autorização; e o número de unidades que possuem projeto de prevenção e combate a incêndios e de unidades que não o possuem, devendo estas últimas serem identificadas por nome e localização.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.099/2023****Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Raul Belém, a matéria em estudo visa declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Araguari – CDL Araguari –, com sede nesse município.

Publicada em 4/8/2023 no *Diário do Legislativo*, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta Comissão de Desenvolvimento deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 102, XIII, “e”, combinado com o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por objetivo declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Araguari – CDL Araguari. Em sua justificção, argumenta o autor que a entidade visa promover a melhoria dos conhecimentos técnicos de associados para estimular o associativismo e o cooperativismo, bem como manter e fomentar projetos educacionais, de modo a prover um ambiente de responsabilidade social e defender a democracia, a livre iniciativa e a livre concorrência.

Em seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça apontou que os requisitos para a declaração de utilidade pública estão dispostos no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. A comissão jurídica entendeu, mediante exame da documentação apresentada, que foram supridas as exigências mencionadas no referido dispositivo, uma vez que ficou demonstrado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções. Destacou que o estatuto da instituição veda a remuneração de seus dirigentes e prevê que, na hipótese de sua dissolução, os bens remanescentes serão destinados conforme o art. 61 do Código Civil, que determina seu encaminhamento a entidade com fins não econômicos.

Dessa forma, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu não haver impedimento à tramitação da matéria. Entendeu necessário, contudo, dar nova redação ao art. 1º do projeto, com vistas a adequar o texto à técnica legislativa. Dessa maneira, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresentou.

No que é próprio desta comissão, destacamos que a Câmara de Dirigentes Lojistas de Araguari tem finalidades meritórias. Entre elas, destacamos a promoção da melhoria de conhecimentos técnicos especializados; a divulgação de atividades e serviços prestados pelas empresas lojistas; e a defesa da liberdade política, sob a forma da democracia, e da liberdade econômica, na forma da livre iniciativa e da livre concorrência. Destacamos que essas finalidades são importantes para os associados da entidade, além de repercutirem positivamente em toda a sociedade de Araguari e da região.

Desse modo, e observado o atendimento às exigências legais, conforme indicado pela Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação da proposição. De forma, todavia, a adequar a ementa do projeto à nova redação do art. 1º, conforme a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, apresentamos o Substitutivo nº 1. Destacamos que esse substitutivo mantém o aperfeiçoamento já proposto pela Emenda nº 1.

Conclusão

Pelo apresentado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.099/2023, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado a seguir.

Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Araguari, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Araguari, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2023.

Oscar Teixeira, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 30/10/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Angela Maria Rocha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Cláudia Stefania Pereira Casseiro, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

exonerando Helena Rocha de Oliveira, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Sarah Sarmento de Sousa, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

exonerando Tomás Tavares Perdigão Mendes, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Ademir Fernando Rezende do Couto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Cláudia Stefania Pereira Casseiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

nomeando Neusa Maria Ferreira, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Ozanam Oliveira de Farias, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães.

TERMO DE CONTRATO Nº 71/2023

Número no Siad: 9394367

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seguros Sura S.A. Objeto: contratação de seguros de vida para até 200 participantes do Fundo de Apoio Habitacional da ALMG – Fundhab –, com cobertura de até R\$360.675,00 para cada participante, por morte de qualquer natureza, sem interveniência de corretoras. Vigência: 12 meses, contados a partir da zero hora do dia seguinte à data da assinatura do contrato, prorrogável na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 34/2023. Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato não causam impacto orçamentário, uma vez que o custo é repassado aos segurados beneficiados pelo seguro em questão.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seguros Sura S.A. Objeto do contrato: seguro de vida para até duzentos participantes do Fundo de Assistência Habitacional Fundhab, com cobertura de até R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para cada participante, por morte de qualquer natureza, sem interveniência de corretoras. Objeto do aditamento: distratar todos os termos e condições do Contrato nº 78, de 2019. Vigência: a partir das 23h59min da data da assinatura deste termo de distrato.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 103/2023

Número no Siad: 9382787-1

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: B&F – Lavagem Automotiva e Predial Ltda. ME. Objeto: prestação de serviços de lavagem geral com cera e com revitalização de pintura para os veículos da frota da contratante.

Objeto do aditamento: terceira prorrogação do Contrato nº 69/2020, com reajuste de preços. Vigência: de 3/12/2023 a 2/12/2024, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/10/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/10/2023, na pág. 65, sob o título “Requerimentos”, no Requerimento nº 4.345/2023, acrescente-se o despacho:

“(– À Comissão de Direitos Humanos.)”.